

Dívida e investimento

A TRANSFORMAÇÃO das dívidas externas dos países latino-americanos em capital de risco (investimentos), agora proposta pelo Secretário de Estado George Shultz na reunião da OEA, é uma idéia a que faltam suportes de racionalidade e de realismo mas que enfrenta o problema do tamanho e da especificação da dívida. Por isso, a sua probabilidade de materialização parece apenas relativa: no caso do Brasil, por exemplo, talvez a conversão nada atingisse além de 10 por cento do total dos nossos compromissos, envolvendo principalmente as subsidiárias das empresas multinacionais que para aqui trouxeram empréstimos em vez de investimentos, numa operação de conveniência própria.

A DIFICULDADE está em que a dívida brasileira se vincula fundamentalmente ao sistema bancário internacional, e não a órgãos ou agências governamentais, confinando-se portanto ao contexto financeiro privado. Os bancos — grandes ou pequenos, americanos ou europeus — vivem em função dos seus balanços de lucros e perdas, de sua posição no mercado financeiro, das reações dos acionistas, depositantes e investidores. Os governos pouco podem influir na economia e nos procedimentos internos dos bancos, salvo — hipótese remota — se resolvessem assumir os débitos que eles tentam cobrar. Naturalmente existem fundos governamentais de assistência que aliviarão de algum modo a situação dos países devedores, porém aplicáveis apenas em escala diminuta.

A MENSAGEM (e também advertência) de Shultz parte de premissas inquestionáveis. De fato, os países semidesenvolvidos já

não podem contar com recursos externos de caráter bancário para financiar os seus projetos de desenvolvimento. Terão que buscar outras fórmulas e outras fontes e isso depende de uma política de abertura, tão ampla quanto possível, ao capital estrangeiro de investimento. O velho preconceito contra a remessa de lucros deverá ceder ao raciocínio de que só existirão remessas havendo lucros, tampouco existindo estes sem uma atividade econômica vigorosa. E o importante é reativar as economias ora em recesso, reconquistá-las para a criação de riquezas, de empregos, de bem-estar social e de estabilidade política.

RECENTEMENTE o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, adotou posições em relação ao capital estrangeiro que combinam na base com os pontos de vista do Secretário de Estado americano. O desenvolvimento brasileiro — disse ele — não dispensa o apoio do investimento externo e as únicas restrições cabíveis a esse aliado serão aquelas legalmente ditadas pelos interesses do País.

TANCREDO Neves, por outro lado, entende que a renegociação da dívida externa — problema a seu ver por enquanto privativo do atual Governo — exige tratamento mais político do que técnico. O Secretário George Shultz rejeita tal enfoque, no que é acompanhado pelos porta-vozes do sistema bancário internacional, tendo em vista a natureza privada e fragmentária do endividamento.

NESSE ponto há que distinguir entre o que é possível tratar de Governo a Governo e o que escapa à jurisdição política. O Go-

verno brasileiro teria espaço político, por exemplo, para solicitar do Presidente dos EUA certas decisões administrativas que permitissem ao sistema bancário americano maior flexibilidade de ação diante das nossas propostas menos ortodoxas de reescalonamento. Digamos que o futuro ocupante do Planalto opte pela renegociação à base da capitalização dos juros dos empréstimos, de modo a nos proporcionar prazo razoável para a articulação da nossa capacidade de pagamento. Nessa hipótese, uma mudança da regulamentação bancária por iniciativa e pressão da Casa Branca se faria indispensável, a fim de colocar os banqueiros no mesmo barco dos interesses dos seus acionistas.

FORA de tais limites a ação política brasileira — junto a governos ou a credores, diretamente — tende a encontrar reduzidas perspectivas. Consideremos, em compensação, que restam espaços a explorar no campo técnico e que os banqueiros num certo momento despertarão para o perigo pior da insolvência absoluta dos seus devedores.

A RIGIDEZ da postura de Shultz, vale dizer do Governo dos EUA, não tira entretanto a razão de vários dos seus argumentos. Concordemos, entre outras coisas, que já é tempo de perdermos o medo do "imperialismo econômico" e das multinacionais. Estas, hoje animadas de índole e propósitos muito mais ajustáveis à soberania e aos interesses internos dos países onde atuam, oferecem extraordinário potencial de drenagem de capitais externos, além do aporte de tecnologia moderna e demais vantagens que acompanham a sua presença no mundo em desenvolvimento.